



BRASÍLIA-DF, 27 E 28 DE AGOSTO

RELATÓRIO 20º CONIP JUDICIÁRIO E CONTROLE

2025

SUMÁRIO

03

Introdução

04

Desvendando a IA Generativa e o Futuro do Poder Judiciário

06

Impulsionando a Transformação Digital com o Serpro Multicloud

08

Novos desafios da Transformação Digital do setor público na era da IA

10

Portal Jus.br promovendo maior transparência, eficiência e inclusão digital

12

Agilidade e Conformidade no Judiciário: O Poder da Virtualização de Dados com Delphix

14

Jornada para nuvem no setor público – desafios e aprendizados

17

Futuro, Novas Tecnologias, Demonstrações Ao vivo de Inteligência Artificial

19

IA Generativa para geração e colaboração de prompts e documentos

21

Inteligência Financeira Aplicada ao Judiciário: A Evolução na Gestão de Custas

23

Solução segura de VDI para Teletrabalho
– Case TRE-RN

25

Transformação da gestão documental
no Judiciário com plataformas e
infraestrutura aderentes ao MoReq-Jus

27

Como a Inteligência Artificial pode
otimizar tempo e recursos do sistema
judicial – Galileu

29

Boas práticas em segurança cibernética
no Poder Judiciário

32

A aplicação prática da Inteligência
Artificial nos tribunais de justiça –
Ferramenta ZEUS IA

34

Evolução das redes PON LAN

36

Justiça 5.0 e Inteligência Aumentada:
Tecnologia, Ética e Sustentabilidade
para um Judiciário ágil, transparente e
próximo do cidadão

39

Os Desafios da Cobrança Administrativa
na Era Digital - Dívida Ativa 4.0: Jornada
de Modernização e Inovação

40

Possíveis aplicações para o TRE-RN

44

Conclusão

INTRODUÇÃO

O **20º CONIP Judiciário e Controle**, com o tema "Inovação e tecnologia como alavancas de transformação do poder judiciário", ocorreu em Brasília-DF, no Hotel Royal Tulip Alvorada, nos dias 27 e 28 de agosto. Esta edição foi particularmente significativa, celebrando 30 anos de existência do CONIP e 20 anos do CONIP Judiciário. O evento reuniu um público qualificado, incluindo magistrados, servidores, gestores de TI e especialistas, para discutir os avanços e desafios da transformação digital no setor público, com foco especial na inteligência artificial, segurança cibernética, gestão e computação em nuvem.

A diretora do CONIP, Carolina Junqueira, deu as palavras de abertura e boas-vindas, destacando o orgulho da longevidade do evento e a importância da presença dos participantes. Foi mencionada a vasta programação, incluindo mentorias gratuitas, o Prêmio CONIP (com o ganhador recebendo uma viagem à Estônia), e as missões CONIP para países como Estônia e o evento Web Summit em Lisboa, focadas no setor público.

O curador do CONIP, Wagner Diniz, ressaltou a característica única do CONIP de apresentar cases do próprio poder público, permitindo o compartilhamento de experiências e acompanhando a evolução da tecnologia desde o início da internet no Brasil. Foi feita uma homenagem a Paulo Roberto Pinto, professor, pesquisador e pós-doutorando da UFRGS, por sua notável contribuição na criação do CONIP Judiciário, que se tornou referência nacional.

Este relatório foi elaborado a partir da participação de servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte no **20º CONIP Judiciário e Controle**. O documento foi produzido pelo Coordenador de Sistemas Corporativos do TRE-RN, Osmar Fernandes, com o apoio de recursos de Inteligência Artificial, a partir do processamento e análise do áudio do evento, de modo a assegurar maior precisão e fidelidade às discussões registradas. Ao final do relatório, são apresentadas sugestões de aplicação no âmbito do TRE-RN dos conhecimentos e práticas discutidos ao longo do evento.

1. DESVENDANDO A IA GENERATIVA E O FUTURO DO PODER JUDICIÁRIO

• DIOGO CORTIZ, PROF. PUC-SP | PESQUISADOR NIC.BR

Limitações da IA: O professor Cortiz enfatizou que, embora a Inteligência Artificial (IA) saiba muitas coisas e resolva diversos problemas, ela não sabe qual problema resolver. A delimitação do problema e o entendimento da realidade permanecem como responsabilidade humana.

IA para Além do ChatGPT: Explicou que a IA é um campo muito mais amplo que o ChatGPT. O ChatGPT é um exemplo de IA generativa, que é capaz de criar novas coisas em diferentes modalidades como áudio, vídeo, imagem, texto, dados 3D e moleculares. Contudo, a IA preditiva ou classificatória, que trabalha com dados tabulares (dados que podem ser organizados em planilhas) para fazer classificações e agrupamentos, continua sendo importante e mais eficiente para 90% dos casos.

Impulsionadores da Ascensão da IA: A IA, embora seja uma área antiga que remonta à década de 1950, experimentou uma trajetória ascendente a partir de 2010 devido a três fatores principais:

- **Digitalização do Mundo:** A transição para o digital em diversas esferas da vida gerou uma vasta quantidade de dados, essenciais para o aprendizado da IA.
- **Uso de GPUs:** O emprego de Graphics Processing Units (GPUs), chips inicialmente desenvolvidos para jogos, demonstrou ser extremamente eficiente para processar dados em paralelo, conferindo à IA um poder computacional colossal.
- **Desenvolvimento de Novos Modelos:** A constante evolução de modelos de IA.

Impacto no Comportamento Humano: A IA já influencia o comportamento das pessoas, mesmo que de forma oculta, guiando padrões e preferências. Exemplos incluem os sistemas de recomendação da Netflix, que criam diferentes capas para o mesmo conteúdo baseadas nas preferências individuais dos usuários, e o algoritmo do TikTok, que conecta pessoas a conteúdos por meio de um sofisticado sistema de recomendação, estimulando o circuito de recompensa cerebral.

O "Efeito ChatGPT": O lançamento do ChatGPT em 2022 criou um "efeito borboleta" na tecnologia, desencadeando uma corrida de empresas e nações em torno da IA. Isso gerou um FOMO (Fear Of Missing Out, medo de ficar de fora), levando a uma disputa geopolítica em torno da tecnologia.

Novos Paradigmas da IA:

- **Interação com a Tecnologia:** A forma de interagir com a tecnologia está mudando de mouses, teclados e telas para sistemas conversacionais, utilizando a linguagem natural como interface.
- **Automação Cognitiva:** O surgimento de modelos de IA com mais capacidade de raciocínio, capazes de refletir sobre problemas e contextualizar respostas, e a criação de agentes de IA que observam ambientes digitais e realizam ações, automatizando tarefas complexas.
- **Produtividade:** Estudos da Harvard Business School mostraram que equipes usando IA realizaram 12% mais tarefas, foram 25% mais rápidas e 40% melhores.
- **Colega de Trabalho:** A IA pode atuar como um colega de trabalho, aumentando a qualidade das entregas e o bem-estar dos funcionários.
- **Transformação do Trabalho:** 40% das profissões estão expostas à IA. Há um impacto em vagas júnior, com empresas munindo profissionais seniores com IA, gerando o desafio de como formar os seniores do futuro.
- **Busca por Informações:** A migração de buscadores tradicionais para chatbots. Contudo, a alucinação da IA (quando ela dá respostas erradas de forma persuasiva) é um grande desafio. O principal desafio da área é fazer a máquina dizer "não sei".

Dilemas Éticos e Responsabilidade Humana: A IA não é neutra; suas decisões carregam vieses morais. A escolha de uma ação pela IA, como no exemplo da flauta de Aristóteles, invalida outras, mostrando a necessidade de considerar a moralidade e os valores éticos embutidos nos modelos. A responsabilidade pela implementação de projetos de IA recai sobre os seres humanos.

2. IMPULSIONANDO A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL COM O SERPRO MULTICLOUD

- FLAMARION REIS, GERENTE DPTO DA ESTRATÉGIA DA NUVEM, SERPRO**
-

Crescimento do Mercado de Nuvem para Governo: A pesquisa da Tr revelou que o mercado de computação em nuvem para o setor governamental atingirá cerca de 99 bilhões de dólares até 2030, com um crescimento anual médio de 17%. Isso indica um vasto mercado e uma competição crescente, impulsionando a inovação e o desenvolvimento de novas soluções.

Tecnologias Procuradas: Os CIOs (Chief Information Officers, ou Diretores de Tecnologia da Informação) do governo estão buscando principalmente tecnologias como segurança cibernética, modernização de aplicações, inteligência artificial, machine learning (ML), low code e no code, e ferramentas de análise de dados. O Serpro tem comprovado essa tendência através dos pedidos de seus clientes.

Desafios na Adoção de Tecnologia no Governo: O ciclo de adoção de tecnologia no setor público é demorado e custoso, envolvendo processos de licitação, criação de termos de referência e logística para entrega e instalação. Além disso, a jornada para a nuvem apresenta desafios como a falta de maturidade das equipes, conhecimento da tecnologia e treinamento, bem como a limitação de recursos. Uma migração sem planejamento adequado pode ser extensa e dispendiosa.

Solução Serpro Multicloud: A solução Serpro Multicloud oferece agilidade, permitindo o acesso a uma gama de serviços (IA, low code, machine learning) através de um contrato único. Os clientes podem escolher entre os principais provedores de nuvem do mercado (players como AWS, Google, Azure) e também a solução de nuvem de governo, que garante a soberania de dados em território nacional.

Custos e Eficiência: O cenário ideal de migração para a nuvem visa transferir os custos de infraestrutura local (on-premises) para a nuvem, com um custo total de consumo da nuvem inferior ao patamar inicial. Um case do Serpro mostrou uma redução de 50% nos custos de gestão de TI com a adoção da nuvem, liberando tempo e recursos para outros projetos.

Estrutura do Serpro Multicloud: É composto por duas camadas:

- **Camada de Broker:** Integra os principais provedores de nuvem pública e a nuvem de governo, disponibilizando serviços de Infrastructure as a Service (IaaS), Platform as a Service (PaaS) e Software as a Service (SaaS).
- **Camada de Serviço:** Oferece suporte na jornada de migração, incluindo consultoria e apoio em casos de incidentes, o que é crucial dada a complexidade do processo.

Cloud Connect: Permite a integração direta entre os provedores de nuvem e a rede do Serpro, utilizando o backbone Serpro. Isso garante conexões mais estáveis e rápidas para a ingestão de dados.

Gestão de Serviços em Nuvem (CSM): O Serpro oferece o serviço CSM para aliviar a carga dos clientes, gerenciando a infraestrutura da nuvem (monitoramento, gestão de incidentes e mudanças, configuração de ambientes), permitindo que os clientes se concentrem apenas na gestão de dados e aplicações.

3. NOVOS DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO SETOR PÚBLICO NA ERA DA IA

• AROLDO CEDRAZ, MINISTRO DO TCU

Fortalecimento da Democracia: O Ministro Cedraz iniciou sua fala ressaltando que uma administração pública tempestiva, eficaz e, acima de tudo, transparente e direcionada ao cidadão, é essencial para fortalecer a democracia.

Brasil 100% Inteligente: A visão é alcançar um país 100% inteligente, renovando o movimento de transformação digital iniciado 10 anos atrás. Historicamente, o Brasil enfrentava processos burocráticos e um "governo eletrônico" que não resolia as necessidades dos cidadãos, preso a uma mentalidade analógica e cartorial.

Inspiração em Nações Digitais: A inspiração para a transformação digital brasileira veio de países como Reino Unido, Coreia do Sul, Israel, Nova Zelândia e, principalmente, Estônia e Dinamarca. A Estônia, em particular, é referência global em digitalização, tendo lançado iniciativas como o Tiger LIP (no início dos anos 2000) e o programa AI Lip, para incorporar o letramento digital e em IA nos currículos escolares.

Avanços e Novas Fronteiras: Felizmente, a realidade de atrasos está mudando, com a transformação digital ganhando força nos níveis federal, estadual e municipal. As novas fronteiras a serem desbravadas incluem a capacitação da sociedade para lidar com o impacto dos algoritmos e a aplicação segura da tecnologia em benefício dos cidadãos. O TCU, em parceria com o Governo Federal, está desenvolvendo uma ação nacional de letramento digital.

Riscos Atuais da IA: O Ministro alertou sobre os riscos crescentes da IA, que já são uma realidade. Os algoritmos embutidos em redes sociais e outras aplicações podem identificar, explorar e amplificar vulnerabilidades, vieses e fragilidades cognitivas dos cidadãos.

Exclusão Digital e "Excluídos Conectados": A exclusão digital já é um grande desafio no Brasil. A onipresença da IA em serviços públicos e privados pode aumentar ainda mais esse abismo, criando uma nova categoria de "excluídos conectados" – pessoas que, embora com acesso à internet, são prejudicadas ou manipuladas por sistemas que não compreendem.

Três Eixos para Incorporação da IA no Setor Público::

- **Agilidade:** É urgente acelerar ao máximo o aproveitamento do potencial da IA para conferir maior agilidade e eficiência às organizações. A IA é uma ferramenta essencial para otimizar fluxos, automatizar tarefas repetitivas e melhorar a qualidade do atendimento aos cidadãos.
- **Regulamentação:** É indispensável regulamentar o uso de modelos e algoritmos de IA, não apenas em nível federal ou estadual, mas também com diretrizes internas em cada órgão. A tecnologia deve ser um meio, não um fim em si mesma, e seu uso deve estar alinhado aos princípios do Estado de Direito, garantindo a proteção dos direitos dos cidadãos.
- **Segurança Cibernética:** A IA amplifica os desafios da segurança cibernética. O ciberespaço tornou-se um novo campo de batalha em um cenário de crescentes tensões internacionais, com ataques cibernéticos patrocinados por grupos de interesse ou nações hostis. O Brasil é um país visado por hackers, e é urgente investir em segurança cibernética e cooperação entre instituições, inclusive a nível internacional (mencionou o LAC4, um centro de competência em cibersegurança para a América Latina, do qual o Brasil ainda não faz parte).

Liderança e Equilíbrio: A transformação digital exige lideranças fortes. O desafio é encontrar um equilíbrio entre incentivar o desenvolvimento de soluções inovadoras e garantir as garantias processuais, a transparência das decisões e a proteção contra vieses e discriminações algorítmicas.

Mensagem Final: Abraçar a inovação, mas sempre com o compromisso inabalável de garantir que a IA e demais tecnologias sejam usadas em benefício do cidadão.

4. PORTAL JUS.BR PROMOVENDO MAIOR TRANSPARÊNCIA, EFICIÊNCIA E INCLUSÃO DIGITAL

- ALEXANDRE LIBONATI DE ABREU, JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA, CNJ**
 - DOROTHEO BARBOSA NETO, JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA, CNJ**
-

Jus.br: Um Portal Unificado: O Jus.br é um portal que busca agilizar as comunicações entre os tribunais e consolidar todos os processos do país em um único lugar. Ele possui uma área institucional e oferece diversos serviços internos para o uso dos tribunais (como emissão de cartas precatórias e de ordem, manifestação de declínio de competência e encaminhamento de ofícios).

Serviços para o Cidadão e Advogados: Para o cidadão, que muitas vezes desconhece a estrutura do Judiciário, o portal permite a consulta unificada de processos. Para os advogados, que atuam em diversos tribunais e estados, o Jus.br possibilita protocolar petições intercorrentes, acessar comunicações via Domicílio Judicial Eletrônico, consultar publicações do Diário da Justiça Nacional e, em fase de implementação, protocolar petições iniciais.

Integração e Usabilidade: A integração do portal com os diversos sistemas processuais dos tribunais (como e-PROC, PJE, PROJUDI, SAG) é um ponto chave. Para juízes, a vantagem principal é a usabilidade, permitindo acesso a todos os serviços com um único login e senha, sem a necessidade de alternar entre sistemas, e a capacidade de verificar o andamento de processos fora de seu próprio tribunal. O portal não substitui as portas de entrada dos tribunais, mas oferece uma forma integrada de acesso com uma "cara única do Poder Judiciário".

Gabinete do Juízo: Um dos produtos já lançado no portal, o Gabinete do Juízo, propõe-se a ser uma interface mais amigável para os sistemas processuais atuais. Foi desenvolvido para o PJE, mas por estar no portal, pode ser adaptado para outros sistemas legados.

- **Funcionalidades:** Painel de processos para consultas rápidas, acompanhamento de atividades, busca de documentos, agenda de audiências, painel estatístico de produtividade e módulo de gestão de pessoas.
- **Inteligência Artificial Integrada:** Sugere precedentes qualificados para fundamentação de decisões, indica movimentos processuais e gera relatórios processuais automáticos.
- **Flexibilidade:** Projetado para ser integrado a qualquer sistema processual, embora exija esforço de integração dos tribunais.

Modelo de Colaboração do CNJ: O CNJ mudou sua abordagem, incentivando o desenvolvimento de soluções que possam ser compartilhadas, em vez de impor um único sistema. Um exemplo é a proposta de um módulo de gestão de dados de pessoas (endereços) para o TRF da Quarta Região e o TJ do Rio Grande do Sul, usuários do e-PROC, que seria integrado à Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ), ao Codex e ao datalake para acesso nacional, tornando o processo mais eficiente em âmbito nacional.

Acessibilidade e Open Justice: O Jus.br tem ambientes distintos para juízes/servidores e advogados/partes, além de uma área pública. Há a possibilidade de acesso a sistemas de qualquer tribunal (94 tribunais, 220 fontes de dados diferentes), com peticionamento intercorrente e envio de ofícios. Também estão sendo desenvolvidas APIs (Interfaces de Programação de Aplicativos) para integração sistêmica, permitindo que, por exemplo, escritórios de advocacia peticionem sem sair de seus próprios sistemas.

Pesquisa de Jurisprudência: O portal oferece acesso ao BNP e integração com o Jus Brasil via acordo de cooperação, disponibilizando APIs de dados públicos conforme a Resolução 574 do CNJ. Este é um conceito de Open Justice, que permite que entidades externas desenvolvam soluções, oferecendo, em contrapartida, serviços gratuitos para o Judiciário.

"Time Conecta" do CNJ: O CNJ montou um time dedicado, o "Time Conecta", no âmbito do programa Justiça 4.0, para identificar soluções nacionalizáveis e prestar suporte técnico aos tribunais na adaptação e disponibilização dessas soluções no Jus.br. Isso visa superar as dificuldades e o tempo envolvido em acordos de cooperação.

Benefícios da Colaboração: A colaboração entre tribunais permite que iniciativas locais se tornem soluções nacionais, com maior racionalidade na utilização dos recursos públicos e um potencial imenso de inovação para o cidadão. Exemplos de projetos em integração incluem API de inteligência artificial, ICAI, fábrica de cálculos, banco de prompts do Poder Judiciário, Berna Bastião (banco de sentenças da justiça militar) e Assis (IA do TJ Rio).

Dados Nacionais e Segurança: Estão sendo desenvolvidos projetos como a Folha de Antecedentes Nacional, que proverá a Polícia Federal com dados de processos criminais e inquéritos nacionais, integrando bases internas e externas (como o Serpro) para criar um registro confiável em todo o país. Isso representa uma riqueza e qualificação de dados sem precedentes.

5. AGILIDADE E CONFORMIDADE NO JUDICIÁRIO: O PODER DA VIRTUALIZAÇÃO DE DADOS COM DELPHIX

- **FELIPE CASALI, SALES ENGINEERING MANAGER PARA LATAM, PERFORCE DELPHIX**
 - **RICARDO AMARAL, ARQUITETO DE SOLUÇÕES, TGV TECNOLOGIA**
-

Ricardo Amaral:

Desafios na Gestão de Dados: Projetos de inovação enfrentam desafios como a complexidade de copiar dados (bancos de dados e arquivos de sistemas) para ambientes não produtivos. Isso exige isolamento, sem impacto operacional, e segurança, consumindo tempo e storage.

Caso de Uso 1: Atualização de Sistema (Instituição de Ensino Pública): Em um projeto de atualização de um sistema, a cópia de dados consumiria 16 dos 45 dias estimados. Com a plataforma Delphix, esse tempo foi reduzido para 14 horas. A economia de storage foi significativa (de 40 TB para 5.9 TB), sem impacto na produção. A plataforma permitiu que os usuários pudessem "retroceder no tempo" nos dados em caso de erro, oferecendo maior liberdade para testes.

Caso de Uso 2: LGPD (Provedora de Tecnologia do Estado): A provedora tinha a necessidade de mascarar dados em diversos bancos de dados de diferentes tecnologias e órgãos (Polícia Civil, Secretaria de Educação, Detran) para conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). O desafio era garantir o mascaramento realista (nomes brasileiros para CPF, endereço, telefone) e consistente.

Caso de Uso 3: Grande Varejista Brasileira: Um projeto tributário com uma base de dados de 80 TB precisava de 10 cópias em ambientes on-premises e em nuvem, com atualizações rápidas e consistentes (5 a 15 minutos para entregar uma base). Isso permitiu testes eficientes e a capacidade de voltar no tempo em caso de erro, reduzindo o tempo de execução dos projetos.

Benefícios Comuns da Delphix: Redução de 96% no tempo de cópia de dados (de 60 horas para 15 minutos), economia de 95% de espaço (storage) (de 800 TB para 44 TB), ambientes 100% isolados para equipes, e automação, garantindo dados atualizados, seguros e consistentes sem impacto na produção.

Felipe Casali:

Delphix como Ferramenta de Agilidade: A plataforma Delphix acelera o desenvolvimento, com segurança e dados protegidos, otimizando a infraestrutura. Em projetos complexos com múltiplas tecnologias de banco de dados (Oracle, SQL, MySQL, arquivos), a Delphix unifica e acelera a entrega de dados.

A "Locomotiva da Inovação": Enquanto outras soluções automatizam versionamento de código, testes e infraestrutura, a entrega de dados muitas vezes atrasa. A Delphix atua como um elemento crucial para que essa "locomotiva" não pare, fornecendo bases prontas, disponíveis e protegidas.

Funcionalidades-Chave ("Canivete Suíço dos Dados"):

- **DevOps:** Entrega cópias de bases de dados para as esteiras de desenvolvimento, permitindo a criação de centenas de cópias isoladas para equipes e desenvolvedores, o que melhora a qualidade e produtividade.
- **Mascaramento de Dados:** Identifica automaticamente dados sensíveis em qualquer tecnologia de banco de dados, criando um catálogo e mascarando as informações de forma realista e consistente (mantendo a integridade referencial), essencial para testes sem comprometer a LGPD.
- **Recuperação de Desastres:** O Delphix atua como uma "máquina do tempo", criando uma linha do tempo imutável dos dados de produção. Isso permite subir um ambiente ou base de 50 a 100 TB em minutos, significativamente mais rápido que um restore de backup tradicional, auxiliando na recuperação de ataques de ransomware ou erros operacionais.

6. JORNADA PARA NUVEM NO SETOR PÚBLICO – DESAFIOS E APRENDIZADOS

MODERADOR:

- BRENO COSTA, AUTOR DO LIVRO "DESMISTIFICANDO A ADOÇÃO DE SERVIÇOS EM NUVEM GOVERNAMENTAL"**

MEMBROS DA MESA:

- ANTÔNIO FRANCISCO ROLLA, SECRETÁRIO DE TIC, CSJT**
 - THIAGO DE ANDRADE, DIRETOR DO DPTO DE TIC, CNJ**
-

Thiago de Andrade - CNJ:

Nuvem como Fator de Transformação: A nuvem é tão transformadora para o CNJ quanto a própria transformação digital das aplicações. Ela é fundamental para a capacidade computacional, infraestrutura e elasticidade necessárias para suportar grandes soluções nacionais como o Portal Jus.br, a consulta unificada de processos e o peticionamento nacional.

Jornada do CNJ para a Nuvem: Iniciada em 2019, a jornada evoluiu de uma extensão de data center para múltiplos contratos, culminando em um contrato multicloud baseado em licitação conjunta com o TCU e a CGU, com um valor significativo de R\$ 85 milhões para 30 meses.

Irreversibilidade da Nuvem: Para o CNJ, o uso da nuvem é um caminho sem volta, especialmente pela vocação de prover serviços nacionais para um público vasto (18 mil magistrados, 250 mil servidores, 1,5 milhão de advogados e a sociedade civil). Sistemas de missão crítica, como os que envolvem alvarás de soltura ou mandados de prisão, exigem alta disponibilidade, e 45 minutos de inatividade já geram problemas.

Desafios Financeiros e de Sustentabilidade: A nuvem, embora escalável ao infinito em recursos, também tende ao infinito em custos se não houver um trabalho refinado de otimização. A falta de controle pode levar a gastos de três a quatro vezes maiores do que a manutenção local, tornando a nuvem inviável. A sustentabilidade dos contratos de nuvem é um grande risco.

Estratégia e Governança: É crucial ter uma estratégia clara e bem definida do porquê adotar a nuvem, qual problema se busca resolver. O CNJ adota critérios rígidos, como o uso de tecnologias

open source (código aberto) e containerização (encapsulamento de aplicações em ambientes isolados, usando Kubernetes) para evitar vendor lock-in (dependência de um único fornecedor) e garantir portabilidade entre diferentes provedores de nuvem ou infraestruturas locais.

Capacitação e Monitoramento Contínuo: É necessário encontrar modelos de trabalho e equipes qualificadas para desenvolver aplicações portáveis e funcionais em nuvem, e capacitar continuamente as pessoas nessa nova rotina. Além disso, um monitoramento constante do uso da nuvem (segurança, finanças, alocação de recursos) é essencial para a sustentabilidade.

Antônio Rolla - CSJT:

Jornada Unificada da Justiça do Trabalho (JT): A JT possui uma jornada unificada para seus 24 tribunais, o conselho e o TST. A experiência inicial com contratos centralizados foi desafiadora devido à autonomia dos tribunais.

Contrato Estruturante com o Serpro: Desenvolveram um modelo de contrato estruturante com o Serpro, que inclui um aspecto de governança, alinhado às preocupações do TCU sobre a contratação de marketplaces sem justificativa adequada.

Riscos e Preparação de Pessoal: Identificaram a preparação das pessoas como um risco primordial. Uma avaliação de maturidade da equipe de TI da JT, envolvendo 400 pessoas, revelou um nível 1 de maturidade, abaixo do mínimo (3) para operação, indicando a necessidade de preparar as equipes.

Estratégias para Mitigação: A estratégia foi unir a criação de um Centro de Excelência e o desenvolvimento colaborativo. A JT já possui 118 produtos digitais desenvolvidos pelos próprios tribunais. O Centro de Excelência define padrões, avalia a governança e auxilia os tribunais.

Desafio Orçamentário: A principal dificuldade é a restrição orçamentária, pois a migração para a nuvem transforma investimento (Capex) em custo de custeio (Opex), que precisa ser garantido continuamente. É difícil demonstrar à administração que o custeio será uma "conta a pagar o resto da vida".

Padronização e Consultoria: Estão padronizando produtos (linhas administrativa e módulos do PJE) e buscando consultorias especializadas para reduzir custos. A estratégia é investir em estudos e consultoria para otimizar os modelos antes de liberá-los, visando o melhor desempenho possível.

PJE e Modularidade: O PJE, por exemplo, não é modular o suficiente para ser migrado parcialmente, o que exige uma migração completa e representa um desafio.

Desafios Comuns e Aprendidos:

- A disponibilidade de pessoal com as capacidades adequadas para a nuvem é um dilema.
- O gerenciamento de sistemas legados e a necessidade de priorizar o que gera mais valor na nuvem são escolhas cruciais dentro das restrições orçamentárias.
- O caminho da colaboração e do compartilhamento de experiências entre os órgãos é fundamental.

7. FUTURO, NOVAS TECNOLOGIAS, DEMONSTRAÇÕES AO VIVO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

• TONY VENTURA, ESPECIALISTA EM TECNOLOGIA E IA

Facilidade de Uso da IA: A IA está tornando a vida e o trabalho muito mais fáceis, mas muitas pessoas ainda não conhecem as ferramentas disponíveis.

Demonstrações de Tecnologias:

- **Drone Auto-Seguidor:** Um drone de baixo custo (R\$ 1.300) que reconhece o rosto do usuário e o segue filmando em 4K, dispensando o controle manual.
- **Deepfake:** Ferramenta que permite transformar o rosto do usuário em qualquer pessoa (ex: Leonardo DiCaprio, Tom Cruise) em chamadas de vídeo em tempo real. Tony Ventura alertou sobre os riscos de deepfakes para fraudes e ofereceu uma dica de segurança: pedir à pessoa em um vídeo que passe a mão no rosto para verificar a autenticidade, pois a imagem artificial pode falhar.
- **Rosana.io:** Um chatbot de IA para WhatsApp, capaz de conversar e, em um caso real, "vencer uma discussão" com a ex-namorada do palestrante. Pode ser usado para atender clientes e diversas outras finalidades.

Transformação Digital como Mentalidade: A transformação digital não é apenas sobre usar tecnologia, mas sobre pensar primeiro na tecnologia para resolver problemas.

Tecnologias para Produtividade e Conhecimento:

- **Plaud:** Ferramenta que grava a fala e resume o conteúdo em um minuto, gerando um arquivo PDF ou mapa mental.
- **NotebookLM (Google):** Resume conteúdo denso (documentos, websites) em formato de podcast, facilitando o estudo e treinamento.

Networking e Tecnologia: Usar a tecnologia como "quebra-gelo" para conquistar a atenção de quem se deseja no networking.

- **Cartão de Visita com Holograma:** Um cartão que, ao ser apontado com a câmera do celular, projeta um holograma em realidade aumentada.
- **Anura:** Aplicativo gratuito que, ao ser apontado para o rosto, informa em 30 segundos dados de saúde como batimentos cardíacos e oxigenação.
- **Pump (Unitree):** Uma caixa compacta que simula uma academia completa, com peso ajustável eletronicamente (de 9 kg a 20 kg) e opção de jogos, ideal para fisioterapia, apartamentos pequenos e viagens.

Fonte de Atualização Tecnológica: A CES (Consumer Electronics Show), em Las Vegas, é o maior evento de tecnologia do mundo, onde Tony Ventura busca as inovações que apresenta.

Produtividade com IA:

- **Pix via WhatsApp:** Permite realizar transferências Pix em apenas 5 segundos, economizando tempo em microtarefas diárias.
- **Euboris.br:** Ferramenta criada em Brasília que resume grupos de WhatsApp diariamente em texto e áudio com voz clonada, otimizando a produtividade e evitando a desconcentração.
- **Mapify.ai:** Gera um mapa mental dos pontos principais de um vídeo do YouTube ou PDF grande em cerca de 8 segundos.
- **Suno.com:** Cria músicas completas (batida, ritmo, letra, vocal) a partir de uma descrição em texto em 10 segundos, gratuitamente, para qualidade de vida.

Conclusão: A tecnologia e a IA estão aqui para resolver problemas, e a responsabilidade de usá-las para o bem, com propósito, é dos seres humanos.

8. IA GENERATIVA PARA GERAÇÃO E COLABORAÇÃO DE PROMPTS E DOCUMENTOS

- **ANTÔNIO PIRES DE CASTRO JR, DIRETOR DE IA, CIÊNCIA DE DADOS E ESTATÍSTICA, TJGO**
 - **GUSTAVO ASSIS GARCIA, JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA, TJGO**
-

Gustavo Assis Garcia:

AGAIA: A Ferramenta de IA do TJGO: A AGAIA é uma ferramenta de inteligência artificial desenvolvida pelo Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) para auxiliar na produção de documentos jurídicos, com uma biblioteca de prompts (comandos ou instruções dados à IA).

Conformidade com a Resolução nº 615/2025 do CNJ: A ferramenta Gaia segue rigorosamente a Resolução n.º 615/2025 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece as diretrizes para o uso de inteligência artificial. Um painel de acompanhamento monitora estatísticas de uso, planos de auditoria, riscos e transparência. A Escola Judicial de Goiás também capacita servidores e magistrados para seu uso.

Integração com Sistemas Processuais: A AGAIA acessa diretamente os sistemas de processo judicial (PROJUDI) e administrativo do TJGO, buscando peças e movimentos processuais para auxiliar na produção de documentos.

Funcionalidades-Chave:

- ➔ **Juris AGAIA:** Uma funcionalidade avançada de pesquisa de jurisprudência que, em vez de palavras-chave simples, permite buscas complexas (ex: entendimentos de um julgador específico sobre um assunto complexo). Ela acessa o banco de dados e ementário do tribunal, reduzindo a possibilidade de alucinações (respostas incorretas da IA) a praticamente zero. Após a pesquisa, ela congela o resultado para ajudar na redação do documento.
- ➔ **Nuvem AGAIA:** Permite ancorar documentos em nuvem para que a ferramenta aprenda o estilo de escrita, entendimentos e formatação do usuário, auxiliando na produção de novos documentos com base nesses modelos.

- **Sintetiza AGAIA:** Resume processos, sendo útil para julgadores que precisam de uma noção rápida do processo, especialmente em segundo grau.
- **Regis AGAIA:** Oferece acesso a atos normativos e regimentos internos do TJGO e dos tribunais superiores.

Melhoria Contínua e Aumento de Produtividade: As funcionalidades da AGAIA surgiram gradualmente, impulsionadas por feedback de usuários em oficinas realizadas pela Escola Judicial. A ferramenta resultou em um aumento de aproximadamente 30% na produtividade nas áreas judicial e administrativa do TJGO, forçando a adoção por unidades que resistiam.

Antônio Pires de Castro Jr:

Métricas de Uso da AGAIA: Com 11 meses de operação, a AGAIA registrou 1,6 bilhão de tokens (unidades de texto processadas pela IA), com estimativa de chegar a 2 bilhões.

Banco de Prompts: Existem 2.602 prompts na ferramenta, muitos desenvolvidos por magistrados e desembargadores, utilizando lógica jurídica avançada. A maioria é de prompts privados ou internos a unidades judiciais, mas há uma crescente compreensão da importância da colaboração.

Arquitetura e Bases Ancoradas: A AGAIA integra informações de processos eletrônicos e judicial. Um grande esforço tem sido dedicado a consolidar bases privadas dentro da solução, o que ancora as informações e traz qualidade significativa à entrega. Essas bases incluem jurisprudência do tribunal, entendimentos de julgadores, súmulas, notas técnicas do NATJUS, pareceres (ex: sobre medicamentos), repetitivos do STJ, repercussão geral do STF e regimentos internos.

Demonstração da Juris AGAIA: Uma demonstração mostrou a capacidade da Juris AGAIA de responder a perguntas em linguagem natural (não apenas palavras-chave) sobre temas jurídicos complexos (ex: correção monetária de FGTS, medicamento para diabetes). A ferramenta retorna documentos relevantes, resume-os e, de forma inovadora, faz uma cognição (análise e síntese inteligente) dos entendimentos, apresentando uma conclusão que pode ser utilizada diretamente na produção de documentos.

AGAIA Bots ("Modo Noturno"): Uma funcionalidade recente, os AGAIA Bots, permite que magistrados e servidores programem bots para automatizar a produção de documentos. Quando um processo é distribuído, os bots já deixam o documento pronto (relatório, voto) automaticamente, geralmente à noite, o que um desembargador chamou de "modo noturno".

Controle e Fine-tuning: Há um controle detalhado das execuções e processos vinculados. O foco atual inclui treinamentos e fine-tuning (ajuste fino) de modelos de IA, como os baseados em BertBauer e STJ Iris, para similaridade semântica em documentos jurídicos, resultando em ganhos significativos.

9. INTELIGÊNCIA FINANCEIRA APLICADA AO JUDICIÁRIO: A EVOLUÇÃO NA GESTÃO DE CUSTAS

- **MARCELO BICCA, DIRETOR COMERCIAL, GRUPO THEMA/PÓLIS**
-

Experiência do Grupo Thema/Pólis: O Grupo Thema/Pólis tem 31 anos de mercado, dedicados integralmente a sistemas de gestão pública (ERP – Enterprise Resource Planning, ou Planejamento de Recursos Empresariais). Inicialmente focado em municípios, a empresa percebeu a oportunidade de adaptar seus sistemas de "área meio" (gestão financeira, materiais, pessoal) para o Judiciário.

Sistemas Personalizados para Tribunais: A empresa se especializou em desenvolver sistemas personalizados para atender às especificidades de cada tribunal, estando presente em 16 estados.

Sistema de Gestão de Custas (SGC): A mais nova solução do ecossistema GRP do Grupo Thema/Pólis é o Sistema de Gestão de Custas (também chamado de Sistema de Gestão de Créditos). Desenvolvido a partir da experiência em sistemas tributários municipais, ele é capaz de gerir e arrecadar qualquer receita orçamentária ou extra-orçamentária do tribunal.

Case TJ Santa Catarina: Em 2021, o TJ Santa Catarina enfrentava sistemas administrativos e financeiros fragmentados (mais de 50 sistemas substituídos), baixa transparência, falta de integração externa, processos de pagamento manuais e inexistência de um sistema de controle de custas. Havia preocupação com a falta de informações sobre a arrecadação e ocorrência de fraudes (ex: múltiplos pedidos de resarcimento).

→ **Resultados e Inovações:** A solução Thema/Pólis resultou em um crescimento de 36% na receita de custas de 2021 para 2022, cobrindo o custo total da implantação do sistema GRP. As inovações incluíram parcelamento de custas, controle ampliado, automação, autosserviço prático, parcelamento unificado (débito, crédito, Pix), consulta a pagamentos online e total integração com o sistema e-PROC.

Expansão para Outros Tribunais: O sucesso em Santa Catarina levou à adoção pelo TJ Tocantins (desde 2022) e ao início do projeto com o TJ São Paulo neste ano, com o sistema entrando em operação em 1º de abril. A expectativa é de ganhos significativos semelhantes aos de Santa Catarina para esses novos clientes.

10. SOLUÇÃO SEGURA DE VDI PARA TELETRABALHO - CASE TRE-RN

- **CARLOS MAGNO DO ROSÁRIO CÂMARA, COORDENADOR DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA, TRE-RN**
-

Contexto da Pandemia: A pandemia de COVID-19 forçou o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN) a migrar rapidamente para o teletrabalho. Em menos de três dias, cerca de 600 usuários foram deslocados.

Soluções Provisórias e Desafios: Inicialmente, o TRE-RN utilizou uma solução VPN (Rede Virtual Privada) gratuita baseada em PFSense e disponibilizou 800 a 900 equipamentos para uso doméstico, o que envolveu uma logística complexa. Também foi necessário improvisar para sessões plenárias virtuais, utilizando licenças do Zoom. A equipe de TI trabalhou 24 horas por dia, 7 dias por semana, nas primeiras semanas.

Crescimento do Cibercrime: O palestrante citou dados de 2025 que mostram que 33% da população brasileira já sofreu alguma tentativa de fraude online (61 milhões de pessoas), superando os crimes patrimoniais presenciais (22%, 37 milhões).

Solução Definitiva: VDI (Virtual Desktop Infrastructure): Para uma solução mais robusta e segura, o TRE-RN implementou uma solução de VDI. O VDI é um software que permite o acesso de dispositivos pessoais (computadores, notebooks, tablets, smartphones) a um computador remoto instalado na infraestrutura do tribunal.

Vantagens do VDI:

- ➔ **Gerenciamento Centralizado:** A infraestrutura é toda gerenciada pelo TRE-RN, facilitando a configuração e atualização de máquinas virtuais.
- ➔ **Segurança Aprimorada:** Conexões seguras e criptografadas, autenticação multifatorial (o TRE-RN utiliza Google Authenticator).
- ➔ **Flexibilidade e Produtividade:** Permite o uso de dispositivos pessoais, processamento centralizado, políticas rigorosas de segurança, backup automático dos dados armazenados na máquina virtual.

- **Redução de Custos:** Elimina a necessidade de adquirir desktops para todos os usuários.
- **Escalabilidade e Alta Disponibilidade:** A infraestrutura robusta permite adquirir mais servidores ou liberar espaço conforme a demanda, funcionando 24 horas por dia, 7 dias por semana (o TRE-RN configurou para funcionar das 7h às 20h nos dias de semana por uma escolha interna de segurança).

Implementação no TRE-RN: O tribunal já possuía uma infraestrutura de hiperconvergência Nutanix, sendo necessário apenas adquirir licenças do Citrix Virtual Apps and Desktops. Foram adquiridas 100 licenças de usuários concorrentes (não nominais, utilizadas apenas quando o usuário está conectado) por 5 anos, a um custo total de R\$ 500.000 (R\$ 100.000 por ano). O pico de usuários simultâneos no TRE-RN não passava de 90.

Demonstração: O palestrante mostrou o acesso à solução via navegador, com login usando usuário, senha e código do Google Authenticator, abrindo uma máquina virtual que replica a interface de um computador presencial do tribunal e acessa a rede interna.

11. TRANSFORMAÇÃO DA GESTÃO DOCUMENTAL NO JUDICIÁRIO COM PLATAFORMAS E INFRAESTRUTURA ADERENTES AO MOREQ-JUS

- ALESSANDRO QUEIROZ, FUNDADOR, SOS DOCS**
 - DANIEL LAGUNA, GERENTE DE RELACIONAMENTO COM OPERADORAS E PARCEIROS, TELEBRAS**
-

Alessandro Queiroz - SOS Docs:

SOS Docs e Preservação Digital: A SOS Docs, fundada há 15 anos, evoluiu da digitalização de documentos para se tornar a maior empresa de preservação digital do país.

Metodologia "Transformação Digital em Ondas com IA": A empresa utiliza uma metodologia que aborda a gestão documental em etapas: gestão de documentos físicos e digitais, armazenamento, digitalização e, finalmente, a preservação digital.

Preservação Digital de Documentos Nativos Digitais: Explicou a importância de preservar documentos nativos digitais (PDFs, imagens, vídeos) de forma que sejam legíveis daqui a 20, 50, ou 100 anos em um ambiente confiável, o que vai além de um simples backup. Envolve a guarda das propriedades e metadados dos documentos.

IA para Classificação Arquivística: A SOS Docs utiliza inteligência artificial para analisar e tipificar documentos automaticamente de acordo com tabelas de temporalidade, acelerando processos e reduzindo erros do usuário que antes precisava selecionar manualmente a tipologia documental.

MoReq-Jus e RDC-Arquivístico: Mencionou que o CNJ instituiu o MoReq-Jus (Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Documentos Arquivísticos do Poder Judiciário) e a necessidade de os tribunais implementarem um RDC-Arquivístico (Repositório

Digital Confiável Arquivístico). O RDC-Arquivístico exige políticas, hardware e software para garantir a preservação digital de documentos de guarda intermediária e permanente.

Solução SOS Docs: A solução da SOS Docs, aderente ao MoReq-Jus, recebe documentos de guarda intermediária, os transfere para o Arquivística (uma solução open source), que é um RDC-Arquivístico, e gera um DIP (pacote de informação de difusão) para uma plataforma de difusão, tornando o documento acessível para pesquisa.

Parceria com Namirial: A SOS Docs possui uma forte parceria com a Namirial, uma empresa europeia especializada em confiança digital (assinaturas, certificados), que trouxe para o Brasil a comunicação certificada. Isso permite rastrear contatos feitos pelo Judiciário via WhatsApp, e-mail e SMS, com garantia de entrega e leitura.

Daniel Laguna - Telebras:

Telebras como Empresa Estatal: A Telebras é uma empresa estatal, criada em 1972 e nunca privatizada, ao contrário do que o termo "privatização da Telebras" de 1998 pode sugerir (que foi a privatização das subsidiárias e coligadas).

Backbone Nacional e Data Centers: A Telebras possui um backbone (rede principal de alta capacidade) nacional que é a Rede Privativa da Administração Pública Federal, com data centers (centros de dados) certificados Tier 4 (o único de estado disponível no Brasil, inclusive superando a iniciativa privada). Um data center Tier 4 é o de mais alto nível, com múltiplos componentes de cooling (refrigeração).

Contratação por Dispensa de Licitação: É frequentemente contratada por dispensa de licitação por ser prestadora de serviço público.

Soberania de Dados: A parceria da SOS Docs com a Telebras garante que as soluções (incluindo a guarda de documentos digitais) sejam hospedadas nos data centers da Telebras, assegurando a soberania dos dados e a continuidade do serviço, mesmo se uma solução privada sair do mercado. Isso é crucial para evitar que dados sensíveis do governo fiquem em nuvens públicas estrangeiras, suscetíveis a bloqueios geopolíticos.

Cobertura e Neutralidade: O satélite da Telebras é o único que cobre 100% do território nacional em banda Ka de alta velocidade. A Telebras é neutra e verdadeiramente de estado, sem representar grupos privados.

12. COMO A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PODE OTIMIZAR TEMPO E RECURSOS DO SISTEMA JUDICIAL - GALILEU

- **ANDRÉ FARIAS, DIRETOR DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES, TRT/RS**
-

Objetivo Histórico da Justiça: Há muito tempo, os tribunais buscam soluções para automatizar a elaboração de minutas de decisão (sentenças, votos) a partir da leitura de peças processuais, sugerindo fundamentos adequados.

Experiência Prévia com IA Preditiva: O TRT da 4ª Região (TRT4) já utilizava IA preditiva desde 2019-2020 para identificar processos com maior potencial de conciliação e agrupar processos por similaridade (clustering).

O Projeto Galileu e a IA Generativa: Com o avanço da IA generativa a partir de 2022, o TRT4 iniciou em 2023 um estudo técnico que levou ao projeto Galileu em 2024. O objetivo era desenvolver um protótipo para automatizar a elaboração de minutas de sentenças de primeiro grau.

Abordagem Programática da IA: Em vez de uma interface conversacional para o usuário, a equipe multifuncional (TI e área de negócio) do TRT4 optou por desenvolver e testar prompts previamente programados. Isso garante controle total sobre a interação com a IA.

Parceria com o STF: O Supremo Tribunal Federal (STF) demonstrou interesse no projeto e firmou um acordo de cooperação técnica para o compartilhamento da tecnologia do Galileu.
Funcionalidades do Galileu:

- ➔ **Integração:** Integrado ao sistema PJE da Justiça do Trabalho, com login unificado via SSO (Single Sign-On) da PDPJ do CNJ.
- ➔ **Processo Automatizado:** Em cerca de um minuto, o Galileu lê a petição inicial, contestação, atas de audiência, laudos periciais e outras peças, identifica os múltiplos pedidos, sumariza as alegações das partes e monta um esqueleto da minuta da sentença.

- **Relatório e Fundamentos:** Gera um relatório completo, editável pelo magistrado, e para cada pedido, o sistema lista textos com maior potencial de utilização, incluindo fundamentos do próprio magistrado, jurisprudência do TST e precedentes qualificados.
- **Linguagem Simples:** O Galileu tem o compromisso de produzir textos com linguagem simples e objetiva, de fácil compreensão para a população.

O que o Galileu Não Faz: O Galileu não interpreta fatos, nem formula juízos conclusivos. É classificado como um sistema de baixo risco conforme a Resolução nº 615/2025 do CNJ.

Premissas Tecnológicas e Custo-Benefício: Utiliza a IA generativa do Google Gemini (parte de um contrato nacional do CSJT, mas não restrito a ela). A arquitetura é centralizada, permitindo que outros tribunais configurem seus ambientes para utilizar o sistema sem esforço adicional de instalação. O custo de uso do Galileu é baixo: apenas R\$ 0,50 por minuta de sentença, com expectativa de redução para R\$ 0,25.

Adoção e Resultados: Lançado para uso de juízes e assistentes em março de 2025, o Galileu já foi testado em pilotos desde 2024. Há mais de 12.000 sentenças produzidas com o sistema, com um crescimento consistente de uso. A Dra. Amanda Boff, uma das primeiras magistradas a usar, relatou a possibilidade de ganho de 100% de produtividade. O sistema está sendo expandido para todos os 24 tribunais da Justiça do Trabalho.

Próximos Passos: Já estão em desenvolvimento o Galileu para segundo grau e para auxiliar em despachos de admissibilidade de recurso de revista, com o objetivo de integrar toda a Justiça do Trabalho.

13. BOAS PRÁTICAS EM SEGURANÇA CIBERNÉTICA NO PODER JUDICIÁRIO

- **LUCIANO LIMA KUPPENS, CHEFE DA DIVISÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, CNJ**
-

Normativos do CNJ: O CNJ possui uma série de normativos sobre segurança da informação, sendo a Estratégia Nacional de Segurança da Informação (ENSI) considerada a "Bíblia" do Judiciário nessa área. O Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes (CIPTE) e a Portaria 140/2024, que torna a autenticação multifator (MFA) obrigatória para todos os usuários internos e externos que acessam serviços disponíveis na internet, são outros pontos cruciais. O palestrante reconheceu que a ENSI é muito abrangente e pode ser difícil de ser cumprida por tribunais menores, havendo um plano para diferenciá-la por porte de tribunal.

Dicas Práticas de Segurança:

- **Vazamento de Dados:** Utilizar o site haveibeenpwned.com para verificar se senhas ou outros dados pessoais foram vazados em incidentes conhecidos.
- **Gerenciamento de Identidade:** Verificar certificados emitidos no nome do usuário (meucertificado.br), uso do CPF para abertura de empresas (redesim.gov.br), e relações bancárias (registrato.bcb.gov.br).
- **Senhas Fortes:** O tamanho da senha é mais importante que sua complexidade. Uma técnica de memorização envolve criar uma frase baseada em uma cena inusitada (ex: "bola fogo voar casa"), adicionando números e caracteres especiais (ex: "Bola-Fogo-Voar-Casa-2025"). Deve-se evitar palavras de dicionário, datas e informações pessoais.
- **Gerenciador de Senhas:** Utilizar um aplicativo gerenciador de senhas (ex: Apple Password Manager, Google Password Manager, Bitwarden, LastPass) para armazenar senhas únicas e aleatórias para cada sistema, usando a senha forte criada como senha mestra do gerenciador.
- **Phishing:** Desconfiar de links e anexos suspeitos em e-mails. Ferramentas de verificação de links podem ser úteis, mas não se deve enviar documentos sigilosos.

- **Autenticação Multifator (MFA):** Ativar o MFA em todos os sistemas, com ênfase no gov.br, que é considerado um dos pontos mais importantes para a segurança da população. O CNJ, por exemplo, bloqueou temporariamente o acesso de magistrados e servidores à PDPJ via gov.br devido a incidentes.
- **Backup:** Realizar backup de arquivos pessoais (fotos, documentos) a cada três meses para um HD externo e armazenar o restante na nuvem. Dados profissionais são responsabilidade da TI.
- **Atualização de Computadores:** Manter sistemas operacionais (ex: Windows Update) e softwares atualizados, pois computadores desatualizados podem ser uma brecha para ataques.
- **Segurança Móvel:** Ativar bloqueio de tela (PIN, padrão, facial), ativar geolocalização e backup em nuvem, e evitar redes Wi-Fi públicas.
- **WhatsApp:** Ativar a verificação em duas etapas, configurar privacidade para "visto por último" (ninguém), foto de perfil (apenas contatos), e evitar o uso de status.
- **Redes Sociais:** Evitar exposição excessiva, pois informações e fotos podem ser usadas por criminosos para criar deepfakes. Recomenda-se manter perfis privados e moderar o compartilhamento.

Cibercrime na Era da IA: A IA potencializou o cibercrime, aumentando a superfície e a velocidade dos ataques. O deepfake e a Shadow AI (uso não autorizado de IAs públicas por funcionários) são novas ameaças, pois informações sigilosas podem ser vazadas para soluções de IA sem garantia de privacidade.

Estratégias de Defesa: A arquitetura Zero Trust (confiança zero, sempre verificar, privilégio mínimo) deve ser aplicada, juntamente com MFA, segmentação e um perímetro de segurança expandido.

OWASP Top 10 para LLMs: Foram destacados os 10 principais riscos de segurança para modelos de linguagem grande (LLMs):

1. **Prompt Injection (injeção de prompt):** Comandos invisíveis podem manipular a IA.
2. **Divulgação de Informações Sensíveis:** Vazamento de dados confidenciais.
3. **Vulnerabilidades na Cadeia de Suprimentos:** Fraquezas em fornecedores ou APIs externas.
4. **Envenenamento de Dados e Modelos:** Injeção de dados falsos para manipular o treinamento da IA.

- 5. Manipulação na Saída:** Saídas não filtradas podem gerar respostas inadequadas.
- 6. Poder Excessivo da IA:** IA com autonomia excessiva.
- 7. Vazamento de Prompts do Sistema:** Divulgação da lógica interna da IA.
- 8. Fragilidade de Vetores (Embeddings):** Manipulação das representações numéricas internas da IA.
- 9. Desinformação:** Propagação de notícias falsas por IA.
- 10. Exaustão de Recursos:** Ataques que consomem excessivamente os recursos da IA.

Cinco Princípios para Mitigar Riscos de LLMs: Limitar poderes da IA, filtrar e validar entradas/saídas, proteger informações (criptografia, mascaramento), garantir a integridade dos dados e gerir consumo/confiança (cotas de uso, fallback em caso de falha).

Conclusão: A segurança cibernética não é mais uma opção, mas a base da confiança humana no futuro digital.

14. A APLICAÇÃO PRÁTICA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA – FERRAMENTA ZEUS IA

- **JOÃO VALÉRIO DE MOURA JR, JUIZ FEDERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ**
-

Zeus IA: Uma Construção "Bottom-Up": A ferramenta Zeus IA foi desenvolvida a partir das necessidades dos próprios usuários (servidores e magistrados) do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). A TI foi envolvida para refinar, ajustar e escalar a solução, em vez de desenvolvê-la do zero. Isso garantiu que as funcionalidades fossem criadas com o usuário final como principal stakeholder (parte interessada).

TI e Negócio: Conexão Indissolúvel: O palestrante enfatizou que a TI deve se conectar de forma indelével com a área de negócio, ou correrá o risco de ser "engolida pelas bigtechs". As bigtechs (grandes empresas de tecnologia) já oferecem diversas ferramentas de IA, mas o que elas não possuem são as regras de negócio específicas do Judiciário. O TJGO, por exemplo, possui milhares de prompts internos que incorporam lógica jurídica complexa, que poderiam ser valiosos para essas empresas se consumidos por API (Interface de Programação de Aplicativos).

Foco da TI: A TI deve focar em funcionalidades e personalizações que não são entregues pela iniciativa privada, como a curadoria e ancoragem de dados específicos de cada tribunal para decisões judiciais.

Funcionalidades do Zeus IA: A ferramenta é simples e visualmente intuitiva, desenvolvida com Streamlit (uma biblioteca Python para criar aplicativos web de forma rápida).

- ➔ **Processamento de Mídias:** O Zeus IA processa áudios e vídeos (incluindo diversos formatos como MP4, MPG, A4A, e áudios do WhatsApp).
- ➔ **Transcrição e Sumarização:** Transcreve as mídias, separa oradores, indica segundos, extrai informações-chave (datas, locais, fatos) e gera resumos estruturados para análise processual.

 **Segurança e Localidade:** Roda 100% localmente na infraestrutura do tribunal (utilizando GPUs Nvidia), garantindo que não há vazamento de dados para a nuvem ou para APIs de empresas externas, essencial para casos sensíveis como violência doméstica.

Desenvolvimento e Replicabilidade: O Zeus IA foi desenvolvido in-house pela equipe do tribunal, sem custos adicionais, e é um projeto open source (código aberto). Está disponível no Git Lab do TJPA, permitindo que qualquer tribunal clone o código e o execute em suas próprias instituições, adaptando-o às suas realidades.

Gamificação: A ferramenta incorporou a gamificação para estimular o engajamento e a vontade dos usuários em utilizá-la. O envolvimento do usuário na criação gerou um senso de pertencimento.

Métricas de Economia e Produtividade: Em apenas 5 meses de uso, o Zeus IA economizou 7.708 horas de trabalho humano, processou 1.948 horas de gravações, transcreveu 69.671 páginas e resumiu 13.311 páginas a partir de vídeos. Isso equivale a 5 anos de esforço humano economizados em menos de 6 meses, resultando em uma economia milionária para os cofres públicos (equivalente a contratar 100 vagas de MBA na FGV).

Impacto Cultural: A ferramenta visa mudar a cultura do tribunal para contratar com base na dor do projeto de gestão e nas necessidades do usuário final, e não apenas nas dores da TI.

15. EVOLUÇÃO DAS REDES PON LAN

- **RICARDO GUIMARÃES, GERENTE DE VENDAS PARA INTEGRADORES E CLIENTES FINAIS BRASIL, LIGHTERA**
-

Lightera: Uma Fusão Global: A Lightera surgiu da fusão de três empresas do grupo Furukawa, com o objetivo de unificar o desenvolvimento de soluções globalmente e trazer produtos do Japão e Estados Unidos para a América Latina.

Vantagens das Redes PON LAN (GPON): A Lightera atua no mercado de redes locais com soluções PON LAN (Passive Optical Network – Rede Óptica Passiva para redes locais), que se distinguem das soluções tradicionais baseadas em switches metálicos. As vantagens incluem maior simplicidade de administração, flexibilidade, economia e escalabilidade.

Tecnologia: A rede PON LAN utiliza uma OLT (Optical Line Terminal, Terminal de Linha Óptica) no core (núcleo da rede) que transforma a rede Ethernet em PON, e ONTs (Optical Network Terminals, Terminais de Rede Óptica) nos pontos de acesso que convertem a rede PON de volta para Ethernet.

Distância e Ativos Passivos: Elimina a necessidade de ativos de rede intermediários em distâncias de até 20 km.

Redução de Infraestrutura: Economia significativa ao reduzir a necessidade de salas técnicas (racks, sistemas de detecção de incêndio, ar condicionado). Isso diminui o CAPEX (investimento inicial) e o OPEX (custo operacional).

Economia de Cabos e Peso: Uma rede PON LAN pode reduzir a quantidade de cabos em calhas e, consequentemente, o peso total da infraestrutura do prédio (ex: 1 tonelada de cabos metálicos para 240 pontos de rede pode ser reduzida para 32-60 kg com PON LAN).

Eficiência Energética: Contribui para certificações verdes (como LEED Platinum) ao reduzir o consumo de energia e a quantidade de plástico. Um case do TCE Paraná demonstrou que a economia de energia em 7 anos pagou todo o investimento da solução PON LAN.

Casos de Sucesso e Evolução:

- **Diversidade de Clientes:** A tecnologia tem sido aplicada em diversos setores, incluindo hospitais (HFA em Brasília, para reduzir interferência eletromagnética), universidades (Unicamp, USP, UFRN) e órgãos governamentais e judiciários (TJ São Paulo, TDF, Ministério Público, TJ Minas Gerais).
- **Evolução da Instalação:** Inicialmente, a instalação envolvia fusão em campo. Atualmente, utilizam-se soluções pré-conectorizadas em fábrica, o que garante melhor desempenho, maior eficiência e uma redução drástica no tempo de implementação (ex: de 99 horas úteis para 6 horas úteis em um case em Brasília).
- **Evolução dos Padrões PON:** A tecnologia evoluiu de EPON para GPON (1,25/2,5 Gbps) e, mais recentemente, para XGS-PON (10/10 Gbps). A Lightera, em parceria com a NOK, oferece soluções XGS-PON. É possível ter redes híbridas com diferentes velocidades.
- **Fibras Ópticas Avançadas:** As fibras ópticas modernas (G.657) têm maior resistência mecânica e podem ser reaproveitadas em mudanças de layout. Testes mostraram que uma única fibra pode suportar 17 terabits de dados.
- **Fibra Especial e Cabo Híbrido:** Desenvolveram uma fibra especial com menos de 1 mm de espessura, que pode ser instalada junto ao rodapé, ideal para edifícios tombados. O cabo híbrido permite levar fibra óptica e alimentação elétrica simultaneamente, útil para câmeras, access points ou ONTs em locais sem tomada elétrica.

Conclusão: A rede PON LAN é uma tendência consolidada, utilizada por grandes infraestruturas globais (ex: aeroporto de Dubai, Forças Armadas norte-americanas) e com diversos cases de sucesso no Brasil, oferecendo um retorno de investimento superior a médio e longo prazo.

16. JUSTIÇA 5.0 E INTELIGÊNCIA AUMENTADA: TECNOLOGIA, ÉTICA E SUSTENTABILIDADE PARA UM JUDICIÁRIO ÁGIL, TRANSPARENTE E PRÓXIMO DO CIDADÃO

- **FABRÍCIO ALVES FRANÇA, SALES LEADER GOVERNO, IBM**
 - **LUCAS IGNACIO SCHÜRHAUS ESPOLADOR, ACCOUNT MANAGER PUBLIC SECTOR, CERTSYS**
 - **LUCIANO CAVALHEIRO, ENTERPRISE ARCHITECTURE, CERTSYS**
-

Lucas Espolador - Certsys:

Jornada da Transformação Digital: A Certsys, em parceria com a IBM (pioneira no Watson no Brasil), oferece uma jornada de transformação digital que acompanha os órgãos em sua maturidade tecnológica, dividida em modernização, automação e proteção.

Pilares da Transformação:

- ➔ **Modernização:** Inclui a atualização de sistemas legados (high code para low code), desenvolvimento de aplicações e migração para ambientes de nuvem híbrida ou multicloud. Também envolve adoção de agilidade com squads dedicados e observabilidade para gestão de custos em nuvem.
- ➔ **Automação:** Foca em RPA (Robotic Process Automation, Automação Robótica de Processos) para aumentar a eficiência e reduzir o tempo gasto em tarefas manuais, liberando os funcionários para atividades mais estratégicas.

 **Proteção:** Abrange a governança de dados, conformidade com normativos, interoperabilidade entre sistemas e estruturação de dados para decisões estratégicas.

Luciano Cavalheiro - Certsys:

Justiça 4.0 vs. Justiça 5.0: Enquanto a Justiça 4.0 foca na digitalização de processos, automação, IA para acelerar serviços e gestão documental, a Justiça 5.0 coloca a tecnologia a serviço das pessoas, com ênfase em ética, transparência, inclusão e sustentabilidade. O objetivo é tornar a justiça mais humanizada e próxima do cidadão.

Inteligência Aumentada (IAu): A IAU potencializa o trabalho humano, em vez de substituí-lo. É uma IA que trabalha para o usuário, que por sua vez toma as decisões de forma humanizada. Pode ser vista como IA regenerativa, focada no cidadão.

Ferramentas para IAU: Processamento de Linguagem Natural (PNL), sistemas preditivos, automação inteligente de fluxos processuais e análises avançadas de jurisprudência. A visão é ter uma IA que responda sobre leis, doutrinas e jurisprudências de casos concretos.

Dimensões da Justiça 5.0:

- **Transparência Algorítmica:** Algoritmos precisam ser compreensíveis e transparentes.
- **Governança:** Controle de riscos, vieses, juízos de valor e "envenenamento" de dados.
- **Responsabilidade Humana:** A decisão final deve sempre permanecer com o magistrado.
- **Privacidade de Dados:** Conformidade com LGPD e GDPR (Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia), com controle sobre dados anonimizados e a não exposição de informações sensíveis.
- **Sustentabilidade:** Eficiência energética (redução do consumo em data centers), desmaterialização processual (digitalização completa, que já eliminou milhões de toneladas de papel), redução da pegada de carbono (emissão de CO₂), e o impacto do acesso remoto na diminuição das emissões de carbono de veículos.

IBM Watsonx: Uma plataforma que integra IA (modelos), Dados (bases de informação), Governança (controle de vieses, ataques, desempenho de todas as IAs, não apenas as da IBM) e Automação (processos).

Chatbot Jurídico (IBM Studio São Paulo): Desenvolveram um chatbot de alta capacidade que analisa, classifica e correlaciona jurisprudências com IA generativa, usando RAG (Retrieval-Augmented Generation, Geração Aumentada por Recuperação). Integra Watsonx AI, Prompt Level e Elastic Search.

Demonstração "Duralex": Um chatbot jurídico integrado ao Jus Brasil, que responde perguntas sobre sustentabilidade, leis e doutrinadores em linguagem simples. O Watsonx Governance monitora sua operação, garantindo que só fale de lei.

Fabrício França - IBM:

Impacto da IA no Judiciário: A IBM, com mais de 100 anos de história e pioneirismo em IA (Watson desde 2014), observa que o Judiciário é o setor mais impactado pela IA devido ao seu modelo de trabalho e ao grande volume de documentos textuais.

Focos da IA no Judiciário (Pesquisa Gartner): Produtividade, aprimoramento da experiência do cliente/usuário e promoção da transformação digital.

A Jornada da IA: Envolve dados (precisos, armazenados corretamente), modelos (desenvolvidos pelos entes do Judiciário), integração (com sistemas T, ERP), e governança (o tema mais crítico, dado o uso pessoal de IAs públicas por servidores, o que pode ferir princípios e governança).

Uso Interno de IA na IBM: A IBM utiliza a IA em suas operações globais para análise de performance, operações de TI (70% automatizadas), RH (94% das consultas), suporte e sumarização de casos (mais de 6.000), logística, vendas e marketing (67% do conteúdo gerado por IA), com resultados de produtividade e redução de custos.

17. OS DESAFIOS DA COBRANÇA ADMINISTRATIVA NA ERA DIGITAL - DÍVIDA ATIVA 4.0: JORNADA DE MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO

- **CATULO HANSEN, COORDENADOR DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PGM-FORTALEZA**
-

Transformação da Cobrança Administrativa: A cobrança administrativa na era digital está passando por uma transformação digital significativa, com uso intensivo de dados e IA, redefinindo a relação entre administração pública e contribuintes.

Resultados de Fortaleza (Dívida Ativa): De 2017 a 2020, a dívida ativa de Fortaleza recuperou R\$ 278 milhões. A partir de 2021, com uma reconfiguração organizacional e foco no negócio, a recuperação saltou para R\$ 530 milhões, um aumento de 90%. Isso também impactou positivamente a arrecadação voluntária na origem (ISS de R\$ 800 milhões para R\$ 1,6 bilhão; IPTU de R\$ 400 milhões para R\$ 700 milhões).

Ineficiência da Execução Fiscal no Brasil: A média de recuperabilidade da dívida ativa no Brasil é de apenas 0,61%, com municípios e estados cobrando de forma tardia e focando excessivamente no meio judicial. O CNJ apontou que a taxa de congestionamento das execuções fiscais é de 87,8% nacionalmente, e 59% dos processos no Brasil são execuções fiscais.

Resolução nº 547/2024 do CNJ: Esta resolução obriga estados e municípios a tentar a cobrança amigável ou o protesto extrajudicial antes de ajuizar uma execução fiscal. Essa medida visa conter o acúmulo de processos no Judiciário, que se tornou um "balcão de negociação". O custo de uma execução fiscal pode chegar a R\$ 9.000 a R\$ 10.000, com duração média de 6 a 7 anos.

Ferramentas da Transformação Digital:

- **Portais e Websites:** Foco no cidadão e na experiência do usuário, visando reduzir a burocracia e melhorar a qualidade do serviço público.

- **Aplicativos e Balcões Virtuais Humanizados:** Criar uma multicanalidade para recepcionar o cidadão de forma simples e desburocratizada.
- **Automação de Fluxos:** Utilizar robôs (RPAs) para protestar, disparar mensagens, parcelar online, criar lotes de ajuizamento em massa e IA para segmentar a carteira de contribuintes.
- **IA como Meio, Pessoas como Foco:** A IA é uma engrenagem que roda processos, mas o foco deve ser nas pessoas que supervisionam, pois a IA não fará tudo. A inteligência humana e a cognição são cruciais, especialmente em negociações.
- **Comunicação Multicanal:** Uso de e-mail e WhatsApp, abandonando métodos cartoriais como cartas físicas.

Vantagens da Era Digital:

- **Eficiência:** Redução de tempo e custos na cobrança (ex: e-mail/SMS por 1 centavo vs. carta por R\$ 3).
- **Personalização:** Estratégias que tratam diferentes grupos de contribuintes (bons vs. maus pagadores) de forma distinta, personalizando mensagens e tons de cobrança.
- **Desjudicialização:** Menos execuções fiscais e maior taxa de recuperação administrativa. Fortaleza desjudicializou 40 mil processos, recuperando R\$ 1,8 milhão nos primeiros 3 meses e, atualmente, R\$ 6 milhões de processos que provavelmente seriam perdidos por prescrição.

Desafios Atuais e Futuros:

- **Segurança e LGPD:** Tratar dados de forma adequada sem minar a inovação. Em Fortaleza, criaram um arcabouço jurídico para que o cidadão possa consultar e negociar sem login, facilitando o acesso.
- **Inclusão Digital:** Estratégias para atender tanto usuários digitais quanto analógicos (ex: idosos), remodelando o atendimento presencial.
- **Interoperabilidade:** Integração com cartórios, bancos e plataformas nacionais (Serpro, Receita Federal) para enriquecer dados e localizar contribuintes.
- **Tendências Futuras:** Modelos de negociação inteligente, gamificação, economia comportamental (personalização da jornada do contribuinte), cobrança por chatbot com sintetizador de voz humanizado via WhatsApp.

Iniciativas da PGM-Fortaleza: Contratação de estatísticos para análise descritiva, correlação e clusterização. Desenvolvimento de um scoring (avaliação de risco ou perfil) dos contribuintes para previsibilidade e tomada de decisão estratégica. Criação de balcão virtual (486 mil atendimentos), portal do contribuinte (mais de 1 milhão de acessos), sistema de gestão de carteira Ágil Dívida e WhatsApp (negociação, 1 milhão de disparos, 23 mil atendimentos).

Resultados Finais: Mais de R\$ 1 bilhão recuperado na fonte, R\$ 530 milhões de dívida recuperada, R\$ 6 milhões desjudicializados, e 22% a mais de negociações em comparação com o quadriênio anterior.

Conclusão: O futuro da cobrança administrativa é digital, inteligente e centrado no cidadão, com investimentos em pessoas e tecnologia com propósito.

POSSÍVEIS APLICAÇÕES PARA O TRE-RN

Considerando os avanços apresentados no CONIP e a experiência do TRE-RN com teletrabalho e digitalização, as seguintes sugestões podem ser úteis e viáveis:

1. Fortalecimento da Cibersegurança e Governança de IA

● Capacitação em Segurança Digital

Reforçar programas de conscientização e treinamento contínuo para servidores sobre riscos de phishing, vazamento de dados, deepfakes e uso responsável de redes sociais. As dicas de Luciano Kuppens sobre senhas fortes e MFA são diretamente aplicáveis.

● Gestão de Shadow AI

Considerando a ubiquidade da IA, o TRE-RN pode explorar a implementação de uma plataforma de IA generativa interna e segura, semelhante ao "assistente natural" do TCE-SP integrado ao SEI. Isso mitigaria os riscos de vazamento de dados sensíveis para ferramentas públicas de IA.

● Monitoramento de Riscos de IA

Ficar atento aos 10 principais riscos de LLMs mapeados pela OWASP, como prompt injection e envenenamento de dados, adaptando medidas de mitigação como filtragem de entradas/saídas e monitoramento de logs.

2. Alavancagem da IA para Produtividade e Inovação

● IA para Gabinetes e Análise Documental

Explorar ferramentas de IA como o Galileu do TRT4 ou a AGAIA do TJGO para automatizar a elaboração de minutas (sentenças, votos) e pesquisas jurídicas. Embora o TRE-RN seja um tribunal eleitoral, princípios de sumarização de peças, sugestão de precedentes e relatórios automáticos são aplicáveis a processos administrativos eleitorais e decisões de juízes eleitorais.

● **Digitalização e Resumo de Audiências**

A ferramenta Zeus IA do TJPA é um case interessante de IA open source que transcreve, separa oradores, extrai informações-chave e resume gravações de áudio/vídeo. Isso poderia ser adaptado para audiências eleitorais, interrogatórios ou reuniões internas, economizando tempo significativo e garantindo a segurança dos dados por operar localmente.

● **Inovação Aberta com CPSI**

O TRE-RN pode usar a Contratação Pública de Soluções Inovadoras (CPSI) para adquirir tecnologias de IA e outras inovações. A experiência do CNJ na contratação de um centro de atendimento inteligente para o Jus.br é um modelo para o TRE-RN buscar soluções para seus próprios desafios, como atendimento a eleitores ou gestão de processos eleitorais.

● **Uso de IA para Análise de Documentos (Adobe Acrobat Studio)**

A solução da Adobe, apresentada por Nelson Martinez e Rodrigo Rocha, permite a análise segura de grandes volumes de documentos PDF com IA, auxiliando na extração de informações, sumarização e até na criação de apresentações. Isso seria útil para análises de prestação de contas eleitorais, documentos de partidos ou relatórios de fiscalização.

3. Gestão de Dados e Observabilidade

● **Jurimetria e Gestão de Pessoas**

A metodologia apresentada por Cristiano Mazzini (TJRO), focada em gestão de pessoas e uso intenso de jurimetria (análise estatística de dados jurídicos), pode ser adaptada para o TRE-RN. A combinação de employee experience, treinamento em letramento digital e estatística, e uso de IA para análise de dados, demonstrou alta eficácia na redução de acervos.

● **Banco de Sentenças para Transparência**

O Banco de Sentenças das Justiças Militares é um exemplo de colaboração inter-tribunais e open source para aumentar a transparência e o escrutínio público das decisões. O TRE-RN poderia considerar um projeto similar para suas decisões, contribuindo para a democratização do acesso à informação eleitoral e aumentando a confiança pública.

CONCLUSÃO

O 20º CONIP Judiciário e Controle demonstrou de forma inequívoca que a inovação e a tecnologia, especialmente a inteligência artificial, são alavancas indispensáveis para a transformação do poder judiciário brasileiro. Os debates e cases apresentados sublinharam uma mudança de paradigma, passando de um foco exclusivo na digitalização e automação para uma abordagem mais humanizada, ética e sustentável, alinhada aos preceitos da Justiça 5.0.

Destacou-se a necessidade urgente de capacitar o corpo funcional para lidar com as novas tecnologias e seus impactos, ao mesmo tempo em que se investe em governança robusta para garantir a segurança dos dados e mitigar os riscos inerentes à IA, como as alucinações e os vieses algorítmicos. A cibersegurança foi apresentada não como uma opção, mas como a base da confiança na era digital, exigindo investimentos contínuos, cooperação e a adoção de arquiteturas como Zero Trust.

A computação em nuvem emergiu como um pilar fundamental para a escalabilidade e disponibilidade dos serviços digitais, exigindo, contudo, uma estratégia bem definida e a gestão eficiente dos custos e da portabilidade das aplicações. O evento também ressaltou o papel transformador da inovação aberta e de novos modelos de contratação, como a CPSI, para acelerar o desenvolvimento de soluções personalizadas em colaboração com o mercado.

Finalmente, os diversos cases apresentados – desde a otimização de workflows judiciais com IA generativa (Gaia, Galileu, Zeus IA) e a gestão financeira (Sistema de Gestão de Custas), até as soluções de teletrabalho seguro (VDI), preservação digital e cobrança administrativa (Dívida Ativa 4.0) – demonstraram a capacidade do Judiciário de inovar para entregar serviços mais eficientes, transparentes e acessíveis ao cidadão. A mensagem central é que, com propósito humano e responsabilidade, a tecnologia pode realmente transformar vidas e fortalecer a justiça.

Contato

Osmar Fernandes de Oliveira Júnior
Coordenador de Sistemas Corporativos - TRE/RN
 (84) 3654-5570
 osmar.fernandes@tre-rn.jus.br